



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

QUADRIÉNIO DE 2017-2021

ATA N.º 11 DA SESSÃO DE 29 DE ABRIL DE 2019

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, para efeitos do plasmado no artigo 27.º, n.º 1, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e trinta minutos, aguardando quinze minutos pela chegada dos presentes, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua.

Deputados Municipais Presentes:

Sr. Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares

Sra. Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca

Sr. João Luiz Alves Fiúza

Sra. Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes

Sr. Eng.º Francisco Ivo de Lima Portela

Sr. Rui Brito Pereira

Sr. Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Sra. Dra. Maria Dulce Garcia Coimbra

Sr. António Alves dos Santos

Sra. Dra. Alexandra Marisa Pereira Leal Martins

Sra. Dra. Ana Marta Santos André de Lima

Sra. Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia

Sr. Amadeu Alves

Sr. Isidro Alves

Sr. Luís Miguel Santos Pereira

Sra. Dra. Lúcia Paula Costa Cabral

Sr. José Manuel Antunes

Sr. Rui Manuel Dias da Silva

Sra. Paula Cristina Ribeiro Correia, em substituição do Sr. Nelson Batista de Matos, em substituição da Sra. Eng.ª Cátia Filipa Sobral Ribeiro

Sr. Rogério Dias, em substituição do Sr. Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sra. Susana Margarida Macedo Mendes, em substituição do Sr. Dr. Pedro José Pereira Cardoso

Presidentes de Freguesias Presentes:

Sr. José Silva Cardoso (Secretário da J. F. de Candosa), em substituição do Sr. Carlos Alberto Marques da Fonseca (Presidente J. F. de Candosa)

Sr. Rogério Manuel Lopes Neves (Presidente J. F. da Carapinha)

Sr. José Alberto Pereira (Presidente J. F. de Midões)

Sr. António Domingos Santos Gouveia (Presidente J. F. de Mouronho)

Sra. Susana Filipa Pereira de Oliveira (Presidente J. F. da Póvoa de Midões)

Sr. Albertino Correia da Costa (Tesoureiro da J. F. de São João da Boa Vista) em substituição da Sra. Dra. Marisa Isabel Martins Bernardo (Presidente J. F. de São João da Boavista)

Sr. Francisco José Martins Pais (Presidente J. F. de Tábua)

Sra. Isabel Maria Castanheira Dinis de Oliveira Lourenço (Presidente da União das F. de Ázere e Covelo)

Sr. Dr. João Nuno Fonseca Borges de Brito (Presidente da União das F. de Covas e Vila Nova de Oliveirinha)

Sr. José Augusto Pereira Dias (Presidente da União das F. de Espariz e Sinde)

Sr. João Manuel Oliveira Moura (Presidente da União das F. de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros)

Deputados Municipais Faltosos:

Sr. Dr. Nuno Duarte Abranches Pinto

Sra. Eng.^a Cátia Filipa Sobral Ribeiro

Sr. Dr. Pedro José Pereira Cardoso

Sr. Nelson Batista de Matos

Presidente de Freguesia Faltoso:

Sr. Carlos Alberto Marques da Fonseca

Sra. Dra. Marisa Isabel Martins Bernardo

Presente o Presidente da Câmara:

Sr. Mário de Almeida Loureiro

Vereadores Presentes:

Sr. Vice-Presidente, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sra. Vereadora, Eng.^a Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Prof. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Após a chamada efetuada pelo Segundo Secretário da Assembleia Municipal, Senhora Dra. Maria Dulce Garcia Coimbra, e uma vez verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, Dr. Nuno Tavares endossou cumprimentos a todos os Membros e informou que a Mesa iria proceder à distribuição do Esboço da Minuta da Ata da presente sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019, JÁ ENTREGUE A TODOS OS MEMBROS:

Foi de imediato colocada a discussão a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019.

Não tendo sido solicitados mais esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à votação, o teor da Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019, pela forma usual de votar.

Da contagem dos votos dos vinte e nove Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: vinte e nove.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a Ata da Sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2019.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. LEITURA E APRECIAÇÃO DO EXPEDIENTE/À DISPOSIÇÃO DE TODOS OS MEMBROS INTERESSADOS:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dado conhecimento do expediente da Assembleia Municipal à data, o qual fica arquivado e à disposição de todos os Membros para consulta, a saber:

- Ofício datado de 07 de fevereiro de 2019, do CPCJ de Tábua, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento a reunião da CPCJ de Tábua, na sua modalidade Alargada, realizada no dia 24 de janeiro de 2019, onde foi eleito o Presidente desta Comissão, Pedro José Pereira Cardoso, elemento cooptado, tendo designado como secretária, Francisca Marina Fernandes Andrade;

- E-mail, datado de 28 de fevereiro de 2019, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, sobre o “Regulamento de atribuição de prémios pela Associação Nacional das Assembleias Municipais”;

- E-mail, datado de 06 de março de 2019, da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, sobre a divulgação de pareceres da ANAM;

- E-mail, datado de 08 de março de 2019, da CIM – Comunidade Intermunicipal-Região de Coimbra, documento que se dá por reproduzido, remetendo um convite para a sessão de inauguração do espaço de promoção regional e stand na Bolsa de Turismo de Lisboa, no dia 13 de março, às 17h00, na FIL, em Lisboa;

- E-mail, datado de 12 de março de 2019, do Movimento Mais Saúde para o Hospital de Lorbão, documento que se dá por reproduzido, remetendo um convite para participar no debate que está a promover subordinado ao tema “Saúde no Centro: Mais Cuidados Continuados para Melhor Futuro”;

- E-mail, datado de 12 de março de 2019, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, Seminário “2021 – Um Novo Paradigma para o Poder Local”;

- E-mail, datado de 13 de março de 2019, da Câmara Municipal de Arganil, documento que se dá por reproduzido, remetendo a Moção aprovada pela Assembleia Municipal de Arganil – Revisão Urgente do Programa Regional de Ordenamento Florestal do centro Litoral;

- E-mail, datado de 15 de março de 2019, da Mafalda Monteiro, Secretária GP/PSD, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento Projeto



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Resolução nº1558/XIII e a Resolução nº37/2019 publicada em Diário da República no dia 15 de março de 2019;

- E-mail, datado de 15 de março de 2019, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, sobre o “*Seminário na Assembleia da República, 2021 – Um Novo Paradigma para o Poder Local*”;

- E-mail, datado de 18 de março de 2019, da Empresa Municipal Águas de Coimbra, documento que se dá por reproduzido, remetendo um convite para a inauguração da exposição comemorativa do dia Mundial da Água e do 12º aniversário do Museu da Água de Coimbra;

- E-mail, datado de 19 de março de 2019, do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, documento que se dá por reproduzido, sobre o agendamento do Projeto Resolução 910/XIII/2 – Diligenciar para erradicar o uso do glifosato;

- E-mail, datado de 19 de março de 2019, da CIM – Comunidade Intermunicipal-Região de Coimbra, documento que se dá por reproduzido, remetendo um convite para assistir à conferência “*Região de Coimbra, Empreendedorismo e Sustentabilidade*” que a CIM Região de Coimbra realiza, em parceria com o Diário de Coimbra;

- E-mail, datado de 21 de março de 2019, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, Campus Politécnico, Repeses, documento que se dá por reproduzido, convidando a participar na primeira conferência integrada no ciclo subordinado ao tema “*Mobilidade Responsável, o Homem e o Ambiente*”;

- E-mail, datado de 26 de março de 2019, ACeS PIN - Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, documento que se dá por reproduzido, dando conhecimento que vai realizar uma Convenção “*SNS – Pensar & Agir*” em Penela;

- E-mail, datado de 22 de março de 2019, do Grupo Parlamentar do PCP, documento que se dá por reproduzido, remetendo para conhecimento e informação o “*Projeto de Lei nº1180/XIII/4ª apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República que define a Estrutura orgânica e a forma de gestão das Áreas protegidas*”;

- E-mail, datado de 28 de março de 2019, do Senhor José Luís Alves, documento que se dá por reproduzido, sob o lema “*É fundamental e essencial deixar dito por escrito*”;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- E-mail, datado de 28 de março de 2019, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, remetendo um questionário;

- E-mail, datado de 28 de março de 2019, da Dra. Alexandra Bento, Jurista, documento que se dá por reproduzido, sobre a Descentralização, Órgãos Municipais, e Educação;

- E-mail, datado de 28 de março de 2019, do Senhor José Luís Alves, documento que se dá por reproduzido, sobre o direito de informação consumado;

- E-mail, datado de 03 de abril de 2019, da CIM – Comunidade Intermunicipal-Região de Coimbra, documento que se dá por reproduzido, dando conhecimento que a CIM RC encontra-se a promover o programa *“Imagine, Create, Succeed”* enquadrado no projeto *“Realiza-te”*, convidando para assistir ao Concurso;

- E-mail, datado de 04 de abril de 2019, da Escola Nacional de Saúde Pública, documento que se dá por reproduzido, a informar sobre realização do Seminário *“Arquitetura Hospitalar”*;

- E-mail, datado de 05 de abril de 2019, da Dra. Maria do Rosário Fonseca, documento que se dá por reproduzido, sobre a marcação da próxima sessão da assembleia municipal de Tábua e reforço do pedido de informação/dados;

- E-mail, datado de 08 de abril de 2019, do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, documento que se dá por reproduzido, a informar que se encontram abertas inscrições para a segunda sessão do ciclo de Encontros Autárquicos no ISCTE;

- E-mail, datado de 25 de abril de 2019, da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, documento que se dá por reproduzido, remetendo pareceres da ANAM;

- E-mail, datado de 26 de abril de 2019, do Senhor José Luís Alves, documento que se dá por reproduzido, sobre o Dia da Produção Nacional.

- E-mail, datado de 26 de abril de 2019, da Junta da Freguesia de São João da Boa Vista, documento que se dá por reproduzido, com pedido de substituição para a Assembleia Municipal;

- E-mail, datado de 27 de abril de 2019, da Eng.^a Cátia Ribeiro, documento que se dá por reproduzido, a informar que não vai estar presente na Sessão Ordinária do dia 29 de abril da Assembleia Municipal;



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- E-mail, datado de 29 de abril de 2019, do Dr. Nuno Abranches Pinto, documento que se dá por reproduzido, a dar conhecimento da impossibilidade de comparecer na próxima Sessão dia 29 de abril;

- E-mail, datado de 29 de abril de 2019, do Dr. Pedro Cardoso, documento que se dá por reproduzido, a dar conhecimento da impossibilidade de comparecer na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábua no dia 29 de abril;

- E-mail, datado de 29 de abril de 2019, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, documento que se dá por reproduzido, com resposta sobre pedido de informação;

- E-mail, datado de 29 de abril de 2019, da Dra. Sandra Correia, documento que se dá por reproduzido, apresentando duas Moções para a próxima Sessão da Assembleia Municipal de Tábua;

- E-mail, datado de 29 de abril de 2019, do Senhor Rui Silveira de Moura, documento que se dá por reproduzido, solicitando a sua inscrição para uso da palavra por Município na Assembleia Municipal de Tábua a realizar no dia 29 de abril;

- Missiva, datada de 18 de abril de 2019, do Senhor Carlos Alberto da Fonseca, documento que se dá por reproduzido, a informar que não pode estar presente na Assembleia Municipal do dia 29 de abril e que se fará representar pelo Secretário da Junta de Freguesia de Candosa;

- SMS enviada no dia 29 de abril de 2019 às 13h30m, do Senhor Nelson Batista sobre a impossibilidade de estar presente.

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.

3. INTERVENÇÃO DOS EXMOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:

No início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

Intervieio a Deputada Municipal, Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, a qual cumprimentou todos os presentes, apresentando à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento¹ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

¹ Documento n.º 1, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na sua intervenção, felicitou o executivo municipal pela organização do evento “Tábua de Queijos e Sabores da Beira”, pela participação na BTL Bolsa de Turismo de Lisboa, assim como pelas iniciativas desenvolvidas na comemoração do Feriado Municipal. Terminou, abordando as comemorações do feriado 25 de Abril.

De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Senhor Hugo Rodrigues de Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, que começou por desejar uma boa tarde a todos. Abordando a Informação do Senhor Presidente da Câmara, página 9, relativamente à Requalificação das linhas de água afetadas pelos incêndios, questionou a existência de «*algum mapa que indique o local das intervenções e que tipo e quais os critérios que foram definidos para a sua localização. Se já iniciaram estas obras? Onde?*»

Referindo-se à página 10, que informa «*o Município de Tábua encontra-se a proceder à colocação das placas de toponímicas da Freguesia de Tábua num total de 251 arruamentos distribuídas pela Vila e pelos diversos lugares, para além da colocação de novas placas serão ainda substituídas as placas que se encontram danificadas*», salientou «*o Senhor Presidente devia lembrar-se que a substituição das placas de sinalização que foram destruídas pelos incêndios em 2017 em todo o seu concelho deveriam ser prioritárias em relação à substituição das placas, n.º de polícia, que se encontram danificadas na Vila de Tábua como consta da informação que atrás referi.*»

Seguidamente disse «*foi editado no Diário da República Eletrónico, o Aviso n.º 6518/2019 de 2019 que diz: “Faz-se público, nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, que a Fortescue Metals Group Exploration Pty Ltd., requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco cobre, lítio, tungsténio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados, numa área denominada «Boa Vista», localizado nos concelhos de Viseu, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Gouveia, Seia, Oliveira de Hospital, Tábua e Carregal do Sal, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente”. Assim, Atendendo ao Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de março, convidaram-se todos os interessados no prazo de 30 dias a contar com a data da publicação presente a apresentarem por escrito as suas reclamações, é de referir que o prazo termina dia 8 do mês que vem. Eu questiono o Senhor Presidente sobre o que nos pode dizer sobre isto. Sobre a extração de lítio no nosso concelho.*»



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dada a palavra à Deputada Municipal Senhora Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia, Membro eleito pela CDU – Coligação Unitária – PCP-PEV, a mesma iniciou a sua intervenção dirigindo os seus cumprimentos a todos os presentes, Público e Comunicação Social.

Deu início apresentando duas Moções, uma relativa ao “Por ocasião do 45º Aniversário da Revolução de Abril²” e outra “Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível³”.

Referindo-se à primeira Moção apresentada leu: «*A Revolução de abril constituiu uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional. O 25 de Abril foi desencadeado pelo histórico, heroico levantamento militar, movimento das forças armadas, logo seguido pelo levantamento popular, transformou toda a realidade nacional, culminando uma longa e heroica luta após 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituindo a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações com as comissões administrativas pós 25 de Abril teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais em dezembro de 1976, onde o poder local democrático se afirmou operando profundas transformações sociais com a importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se até em alguns casos na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do país, de uma política que respeite o poder local democrático e o que ele representa de espaço e afirmação e realização de direitos e inspirações populares.»*

Assim, «face ao exposto a CDU propõe que Assembleia Municipal de Tábua reunida no dia de hoje delibere:

² Documento n.º 2, páginas 1-2.

³ Documento n.º 3, páginas 1-3.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. *Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e por uma política que sirva Portugal e o povo português.*
2. *Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população para se associarem às comemorações do 25 de Abril na afirmação do poder local democrático como conquista de abril e na defesa dos interesses dos direitos das populações».*

No que concerne à Moção apresentada “*Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível*”, referiu tratar-se de «*consagração de um programa dirigido à redução tarifária, designada por PART na lei do orçamento do estado de 2019, constituiu um avanço de inegável significado. Não se trata apenas de um passe na garantia do direito da mobilidade e ao uso do transporte público, mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores e para a população em geral com repercussões diretas nos seus rendimentos. O preço máximo do passe social intermodal, seja qual for a forma concreta deste título de transporte é de 40€ no âmbito da comunidade intermunicipal e 30€ nos limites de cada município e é um objetivo que se impõe concretizar também no território desta região. A que se deve adicionar o objetivo de assegurar a gratuitidade do uso para menores de 12 anos e a redução de 50% para a população com mais de 65 anos e a implementação ainda do passe familiar. Considerando para lá das verbas inscritas no PART (programa de redução tarifária) que carecem de reforço num futuro próximo os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta.*»

«*Nesta medida a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Tábua no dia de hoje delibere:*

1. *Incumbir a Câmara Municipal a promover os procedimentos necessários para garantir que no território do seu Município e na da sua comunidade intermunicipal o preço máximo do passe para uso da rede de transporte público seja respetivamente 30 e 40 euros, conforme atrás descrevi.*
2. *Garantir o seu uso em toda a rede, em todos os operadores públicos ou privados de transporte público assegurando ainda que a sua extensão gratuita até aos menores de 12 anos e a redução para a população com mais de 65 anos.*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. *Intervir no âmbito da comunidade intermunicipal para que as deslocações em linha que envolvam o território da comunidade ou área metropolitana contiguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território português.*
4. *Exigir à Câmara Municipal que proceda, no âmbito de cada aplicação do PART (programa de redução tarifária), e em particular do processo da renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, ao aumento da oferta disponível.*
5. *Exigir da Administração Central e do governo em particular medidas que visem:*
 - 5.1. *Consagrar em legislação o regime de redução tarifária agora descrito na lei do orçamento de estado.*
 - 5.2. *Garantir para o orçamento de estado 2020 que consolide e amplie os montantes afetos ao PART, quer por via da sua correspondência à anualização da medida, quer por via do reforço real de meios financeiros.*
 - 5.3. *Reforce a oferta ferroviária nos locais onde esta existe, no imediato pela contratação de trabalhadores que assegurem e permitam a partir da EMEF a reparação de material circulante a médio prazo pela aquisição de comboios, eletrificação e modernização e expansão da rede.»*

Ainda no uso da palavra, a Senhora Dra. Sandra Correia colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara e salientou, que «*depois de visita aos estaleiros Municipais de Tábua com elementos da Comissão Democrática Unitária, constatamos que não havia balneários condignos para a troca de roupa dos funcionários. A cobertura dos balneários é a cobertura do pavilhão e não a dos balneários propriamente ditos, ou seja não há qualquer teto a proteger a privacidade dos funcionários. Constatamos que apenas existe um corredor com armários sem bancos e sem local para pendurar as roupas. Constatamos que para os cerca de 40 trabalhadores, existe apenas uma casa de banho e que não existem WC diferenciados para as funcionárias e para os demais funcionários. Nestes estaleiros existem diversas salas para o exercício das funções dos funcionários do estaleiro, muitas delas com janelas sem vidros, que faz com que estes trabalhadores estejam expostos ao frio e ao calor, vento e até à humidade, que não há fardamento para a atividade, para o exercício dessas funções dos trabalhadores no inverno e que foi instalado uma espécie de canil*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

composto por dois ou três espaços gradeados, com 4 animais e que estão ali depositados até serem adotados. Face a isto queríamos colocar as seguintes questões: Para quando a melhoria destas condições, referindo se ao W.C. e vestiário. Para quando a construção de novo estaleiro (foi informada nesta visita que seria construído um novo estaleiro), e para quando a construção de um canil Municipal em Tábua».

No uso da palavra, a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, cumprimentou todos os presentes e proferiu o seguinte: «*O chilrear dos pássaros, a paz que nos traz o som calmo do dia-a-dia, anuncia a primavera, o bom tempo, é o meu desejo sincero que os planos de proteção às populações tenham eficácia, eficácia preconiza. Desejo que as instituições cumpram as suas responsabilidades e que todos sejamos eficazes na intervenção do controlo dos riscos.*

Comemorou-se os 45 anos do 25 de abril, a democracia e a liberdade são direitos muitas vezes esquecidos por quem tem o poder. Esse esquecimento é controlado através do medo, dos compadrios, dos benefícios. Não nos devemos deixar enganar, a não tomada de posição, o olhar para o lado, é atitude comoda no momento mas é o espelho do nosso futuro. De acordo com as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, quando fez referência ao convite a jovens para assistirem e participarem nas nossas reuniões, nas nossas sessões, como um ponto que sempre reputei como importante e que não tem sido bem olhado e que tem sido ignorado. A descentralização das reuniões para o Centro Cultural, no meu conceito não é uma descentralização, é uma deslocalização. Descentralização sim, é dar conhecimento das nossas intervenções, do que se passa no nosso concelho, nos locais das juntas de freguesia, às pessoas que estão mais afastadas do centro do concelho.

Relativamente à informação que o Senhor Presidente nos transmitiu e que recebeu do Senhor Presidente da Câmara, não me espanta aquilo que nos disse, mas fico triste com o tipo de informação que o Senhor Presidente da Câmara sempre rodeia, dizer-nos que fizeram muitas esterilizações, muitas adoções, que a informação está na prestação de contas, não encontrei. As informações solicitadas sobre o mapa de despesas à vereação, das dívidas às freguesias, não está refletido na prestação de contas. Continuamos à espera dos dados que solicitamos».

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra à Presidente da União de Freguesias de Ázere e Covelo, Senhora Isabel Maria Castanheira Dinis de



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira Lourenço. No uso da palavra, saudou os presentes e disse: «*Acerca de um ano estive aqui para agradecer o início de uma obra que era então desejada na nossa Freguesia, o saneamento. Hoje estou novamente aqui para voltar agradecer que a conclusão dessa obra está para breve. Muitos diziam que nunca era feita, muitos disseram depois que o início era só por semanas e que depois iriam embora, que não era terminado. Como podem ver aqueles que passam por lá (muitos falam mas não passam), a obra está quase concluída. É evidente que o saneamento é uma obra que todos falam, todos querem, mas é desgastante porque não se vê, porque é preciso passar sacrifícios, há buracos, é o pó, é a chuva, a lama, mas é uma obra que nos significa, e a Freguesia de Ázere e Covelo, querem agradecer Senhor Presidente pela obra que está a ser concluída na nossa Freguesia. Também quero agradecer, porque os membros da Freguesia de Ázere e Covelo não andam de olhos fechados. Sabemos das nossas preocupações, da nossa população, sabemos que temos obras para fazer, (que queríamos que fossem feitas ontem, é verdade) mas não pode ser, vão ser feitas no futuro. E vamos cá estar para agradecer. A repavimentação de algumas ruas em Ázere, pavimentação da estrada do Covelo a Sampaio. Obrigada Senhor Presidente, obrigada ao Executivo, obrigado aos Srs. Vereadores por acreditarem em nós. Nós povo que estamos cá diariamente, nós povo que sabemos das dificuldades e que temos que passar por elas, porque só assim se concretiza o bem-estar da população, e não desincentivar as pessoas a sair da nossa Freguesia e do nosso concelho. Obrigada e bem-haja a todos».*

Intervio a Senhora Deputada Municipal, Dra. Ana Marta Santos André de Lima, do Grupo Municipal do PS, começando por cumprimentar todos os presentes e apresentou à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento⁴ que se dá por integralmente reproduzido em anexo, sobre o “verdadeiro significado” de Abril.

Seguidamente tomou a palavra o Senhor Luís Miguel Pereira, do Grupo Municipal do PS. Saudou os presentes e na sua intervenção questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o processo da CCDR sobre a reconstrução das casas, em particular em relação à Lageosa e Vila Nova de Oliveirinha, visto que a comunicação ou a descomunicação social (opinião sua) tem escrito e mostrado recentemente num

⁴ Documento n.º 4, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

programa de TV este processo. Terminou, dizendo: «*gostaria que esclarecesse como estão os processos e a verdade da situação*».

Interveio, novamente, a Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, comunicando que relativamente à primeira Moção apresentada respeitante ao 25 de Abril, o Partido Socialista concorda com a mesma. Relativamente à segunda Moção, respeitante ao direito pelo transporte público, informou, que esta medida foi tomada recentemente pelo Governo, no entanto, não poderão votar favoravelmente sem existir um parecer técnico inerente a esta medida, com os pressupostos e respetivos valores.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Tavares, colocou à votação a Moção “*Por ocasião do 45º Aniversário da Revolução de Abril*”, documento que se dá por reproduzido, apresentada pela Senhora Deputada Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia, Membro eleito pela CDU – Coligação Unitária – PCP-PEV.

Posta à votação, pela forma usual de votar, a Moção intitulada “*Por ocasião do 45.º Aniversário da Revolução de Abril*”, foi aprovada por **UNANIMIDADE**.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Tavares, colocou à votação a Moção “*Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível!*”.

Antes de proceder à respetiva votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Tavares, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os Membros da Assembleia Municipal sobre esta matéria.

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Mário de Almeida Loureiro, começou com os habituais cumprimentos a todos os presentes e disse que este assunto foi decidido por unanimidade na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em quem foi delegada pelo Município de Tábuas a Autoridade de Transportes e que a Redução Tarifaria já está em vigor.

Posta à votação, pela forma usual de votar, a Moção intitulada “*Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível!*”, com as alterações apresentadas pela Dra. Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia, Membro eleito pela CDU – Coligação Unitária – PCP-PEV, nomeadamente o acréscimo de um primeiro ponto, alteração esta que consta no documento que aqui se dá por reproduzido.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Da respetiva contagem de votos dos trinta e dois Membros presentes na assembleia, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: vinte e dois;

Abstenções: duas;

Votos a favor: oito.

Rejeitada por **MAIORIA**, a Moção intitulada *“Pelo direito ao transporte público mais barato e acessível”*, com as alterações efetuadas ao documento apresentado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, para esclarecer algumas questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Usando da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, agradeceu ao Presidente da Assembleia e começou por agradecer as palavras proferidas pela Dra. Olga Nunes em relação às iniciativas e tudo o que foi dito na sua intervenção.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Vítor Melo, o Senhor Presidente da Câmara pedia autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para ser o Vereador, Dr. António Oliveira a esclarecer a limpeza das linhas de águas.

Relativamente à toponímia, esclareceu «*a toponímia da Freguesia de Tábua era uma situação que vinha de trás, situação inadiável e com procedimentos de contratação realizados. As outras Freguesias do Concelho tinham o trabalho feito. Agora relativamente ao que resultou da destruição dos incêndios, as infraestruturas públicas onde se inclui também toda a informação, sinaléticas etc. é da responsabilidade da CCDR. E foi muito recentemente aprovado o valor final da indemnização a atribuir ao Município de Tábua para efeito da reposição das infraestruturas e que será um processo concluído até final de outubro. Contudo, ainda não temos a notificação definitiva, oficial, apenas uma informação da Senhora Presidente da CCDR. Aguardamos para logo que chegue a autorização, possamos avançar com o ajuste direto, por uma questão de urgência para podermos resolver todo este problema, incluindo as infraestruturas da União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, a substituição ou reposição do seu estaleiro e a sede da respetiva Junta de Freguesia».*

Quanto à questão das massas minerais designadamente lítio, informou ter já saído uma notícia que seria na Freguesia de São João da Boa Vista, porém, não tem qualquer fundamento. Informou ter havido uma reunião com a Empresa autorizada a



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer essa prospeção e que esta lhe deu apenas conhecimento desta situação, antes da publicação em Diário da República, por uma questão de respeito, como fez com todas as Autarquias envolvidas. Adiantou que esta prospeção está em consulta pública e só depois de saber se há ou não massas de minerais para serem exploradas é que partirão para a segunda fase, pelo que, até lá, não se vai pronunciar, vai aguardar serenamente até porque não é competência da Câmara pronunciar-se sobre esta matéria, sendo que a entidade que está a fazer este trabalho já tem os respetivos pareceres nesse sentido.

Quanto ao passe social voltou a esclarecer que os transportes escolares são gratuitos e que este assunto foi aprovado por unanimidade na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e está em vigor, pelo que, a Câmara irá aguardar e acompanhar este benefício.

Quanto à questão dos Estaleiros Municipais levantada pela Dra. Sandra Correia, informou ser «*do conhecimento dos Senhores Vereadores, espero que também dos Senhores Deputados, que a nossa infraestrutura do pavilhão onde estão os estaleiros municipais vai ser demolido e, vai ser construído um novo edifício, o edifício CULTIVA, que já foi objeto de concurso público, tendo uma candidatura de fundos comunitários no âmbito do PARU e que foi adjudicada a uma Empresa de Viana do Castelo que agora está na parte da apresentação da documentação e assinatura do contrato para depois ser submetido a visto pelo Tribunal de Contas. Logo que o processo esteja em condições partimos para a construção de novas instalações junto ao nosso parque industrial de Tábua*

Quanto ao Canil Municipal referiu «*Nós não temos estrutura e não vamos avançar para um canil. Os Senhores Deputados não imaginam o que são os custos inerentes a um Canil Municipal. Temos uma candidatura que tem condições para avançar em conjunto com Arganil, Oliveira do Hospital e Góis, e que todos os Municípios se estão associar neste sentido. Nós vamos apostar nessa candidatura, uma infraestrutura de qualidade, com pessoal, técnicos e equipamentos necessários para resolver esse problema dos animais errantes – estando contudo a cumprir o nosso dever no dia-a-dia*

Seguidamente, agradeceu as palavras da Presidente da União das Freguesias de Ázere e Covelo, Senhora D. Isabel Lourenço, referindo não ter de agradecer, uma vez que a Câmara tem de zelar pela qualidade de vida dos cidadãos e disse ainda



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

«estamos a trabalhar nesse sentido e essa obra e as outras serão todas concluídas. Queremos um concelho com melhor ambiente, melhor qualidade de vida e mais atrativo».

Quanto ao alcatroamento em Ázere e também na estrada do Covelo – São Paio, salientou «*tudo faremos para no mais curto espaço de tempo essa obra avançar, independentemente de na última reunião ter sido acusado de incompetente por andar a fazer pavimentações nas diversas Freguesias do concelho*».

Ainda no uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras da Dra. Marta Lima em relação ao 45.º Aniversário da Revolução de Abril, dando conhecimento que se realizou uma cerimónia pública que dignificou o Concelho e também honrou o 25 de Abril.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Luís Miguel Pereira, informou que «*a obra do Senhor Valdemar, objeto de reportagem na semana passada na TVI, é da responsabilidade exclusiva da CCDRC e não como referiram que a Câmara Municipal mandou demolir, a Câmara não constrói obras, não adjudica, apenas emite parecer. Efetivamente houve um processo, o qual foi instruído, e inicialmente o processo teve um parecer favorável, pois a informação dada pelos responsáveis foi que o Senhor Valdemar vivia na casa à data do incêndio de 15 de outubro. Entretanto, houve uma denúncia para a Câmara e para a CCDR e esta suspendeu esse processo e mandou averiguar, pois o Senhor Valdemar vivia há cerca de um ano com caráter permanente na Santa Casa da Misericórdia, ou seja, o que foi dito na televisão não corresponde à realidade, e aquilo que a CCDR decidiu foi suspender a obra. Aconteceu é que já tinha ocorrido a demolição pois a obra já estava entregue ao consórcio e este já tinha iniciado as obras*».

Terminou, referindo que o caso da Senhora Rosa Peres em Vila Nova de Oliveira é outro caso que lhe preocupa e que a Câmara tentou resolver a situação, mas não foi possível uma vez que a casa não pertence à Município, tendo o pai desta adquirido a casa por volta dos anos 90 como casa de arrumos e informou ainda que a casa não tem condições para ser legalizada como habitação e por essa razão não pode ser enquadrada neste programa de recuperação.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Manuel Fonseca Oliveira, o qual começou por cumprimentar todos os presentes e esclarecer a questão levantada pelo Senhor



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Vítor Melo quanto à qualificação das linhas de água. Deu conhecimento dos trabalhos desenvolvidos, que iniciaram a 15 de abril e que esta intervenção antecedeu os Avisos e os Editais que foram divulgados pelos meios normais, disse ter sido realizada uma sessão de esclarecimento na semana anterior dirigida a todos os proprietários e coproprietários das margens confinantes com as intervenções efetuadas, para alertar que tinham esta medida a fazer ou para terem conhecimento do que se iria tratar. Foi feita uma sessão com as pessoas responsáveis que elaboraram o processo, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, em colaboração com as Universidades do nosso país, com o apoio dos Técnicos do Município e Presidentes de Junta de todas as Freguesias afetadas pelos incêndios.

Neste âmbito, solicitou de novo a palavra o Senhor Deputado Vítor Melo e disse «*o Senhor Presidente referiu ainda sobre a extração de lítio que Câmara não tem nada a ver com isso. O Senhor Secretário do Estado da Energia, Jorge Seguro, deu uma entrevista ao “Jornal Público” onde foi questionado sobre haver Autarcas a queixarem-se que não foram ouvidos, o da Guarda por exemplo, ao qual ele responde “Como é evidente as autarquias serão envolvidas no processo de decisão, não faz sentido que assim não fosse, eu próprio secretário de estado assinei um despacho que obriga a Direção Geral de Energia a fazer uma consulta aos Municípios antes de atribuir qualquer concessão”. Isso já trouxe resultados, já houve duas concessões alteradas por sugestão do Município.*

Continuou perguntando «*Não temos direito de ser informados destes concursos? Já que o lítio é um metal e que a sua extração pode deixar resíduos perigosos e espantame que o Senhor Presidente diga não dever interferir quando o próprio Secretário de Estado diz ter enviado um despacho às Autarquias para poder saber o que tinham a dizer em relação ao assunto. Posso adiantar que o único local até hoje que está definido para a extração de minério é na Ribeira, um pequeno recanto mas que está dentro do concelho de Tábua.*

Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro, informou que o Senhor Eng.º Jorge Seguro já não é secretário de estado há bastante tempo e que a Câmara Municipal não recebeu qualquer comunicação da secretaria de estado, o único contacto foi da Empresa a dar conhecimento do que iria ser publicado em Diário da República e que o que iriam fazer



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era a prospeção para saber se há ou não lítio, se existem ou não minerais para exploração, a partir dai teríamos de ver quais eram as condições.

De seguida, solicitou o uso da palavra a Senhora Deputada, Dra. Sandra Correia, perguntando «em que freguesias vai ser realizada esta prospeção», tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que segundo a informação disponibilizada será na Freguesia de Midões.

Interveio novamente o Senhor Deputado Vítor Melo dizendo que está no Diário da República do dia 9 de abril de 2019 ser a respetiva localização na Ribeira e que de acordo com as coordenadas o ponto que vai dar é Midões.

Nada mais havendo a tratar neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posto à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, referente ao assunto mencionado em epígrafe, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sobre o exposto, não foi solicitada a palavra por nenhum dos Membros da Assembleia Municipal, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

2. APRECIAÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocada à apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, sobre a situação financeira do Município de Tábua, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alínea c), conjugado com o artigo 35.º, n.º 1, alínea y), Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, possuindo já todos os Membros a informação escrita, documento que se dá por integralmente reproduzido.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Atendendo ao exposto, no início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, pela ordem de inscrição.

Interveio a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, salientando que «os dados financeiros do Município continuam no mesmo sentido. A 18 de abril estão por pagar 3.499.507,76€. Em comparação olhamos para as dívidas em aberto e reparamos que os órgãos de soberania estão todos liquidados».

De seguida, o Deputado Municipal Senhor Vítor Hugo Rodrigues de Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, em relação à avaliação financeira e após análise da mesma, referiu «Em abril de 2018, que é o último documento que nós temos, de igual forma, refere que o valor cabimentado na altura era de 14.252.000,00€ e que agora em 2019, ou seja, em 18 de abril de 2019, o valor cabimentado é de 17.313.000,00€, ou seja, há aqui um crescimento de 3.061.000,00€. O valor comprometido que era em abril de 2018 de 13.859.000,00€, e temos hoje de 17.253.000,00€, mais 3.394.000,00€, o valor faturado em 2018 de 5.360.000,00€, passou agora para 6.702.000,00€, mais 1.342.000,00€. Os valores pagos em 2018 estava em 3.047 000,00€ e atualmente está em 3.203 262,00€, ou seja, um aumento de 154.000,00€, o valor cabimentado e comprometido aumentou 3.000.000,00€, ou seja, 25% a mais em relação a 2018, no entanto só aumentou a faturação em 1.342.000,00€, ou seja, só 40% do aumento do valor cabimentado. O valor pago só teve um aumento de 154.000,00€ que corresponde somente a um aumento de 11,5% do aumento do valor da faturação. Resumindo, aumenta-se o orçamento, aumenta-se a faturação e o correspondente pagamento fica mais uma vez aquém. O que se passa Senhor Presidente, a Câmara não tem dinheiro para conseguir assumir os seus compromissos?»



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para este prestar esclarecimentos sobre a matéria, tendo o Senhor Presidente esclarecido que «o valor cabimentado não é valor faturado, é valor de investimento que tem de estar assumido em orçamento para termos as candidaturas aprovadas, para obter os vistos do tribunal de contas, assim como os valores comprometidos. Se as obras estão em curso, os valores também ainda não foram transferidos dos fundos comunitários e como aparece à frente, temos muito dinheiro para receber dos fundos comunitários, ou seja, os dinheiros estão a chegar e as obras vão ser pagas».

Referiu ainda que entre o período de fevereiro a abril, a Câmara teve um aumento desde meados de fevereiro de cerca de 2.000.000€ de faturação e reduziu-se a dívida em 600.000€ em apenas dois meses, pagou-se mais de 2,5 milhões, ou seja, entrou dinheiro de fundos comunitários e vai continuar a entrar porque as obras estão em curso e os autos e as faturas são aprovados e submetidos.

Intervieio novamente o Deputado Municipal Senhor Vítor Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, referindo que «o dinheiro comunitário para entrar tem que se fazer a obra», dando como exemplo «duas obras adjudicadas e estou-me a referir aos autos de medição com a Empresa Irmãos Cabral, que a obra foi contratada em 23 de agosto de 2017, no valor de 368.000€ e outra empreitada foi contratada em novembro de 2017, no valor de um 1.268.000€ e só agora iniciaram as obras. A Câmara para receber os 3.597.000€ tem que primeiro investir os 5.249.000€, daí porque está a por a dívida a curto prazo quando nós sabemos que esse dinheiro só haverá depois da obra executada. E se a obra demorar tanto tempo a ser executada, este valor também tarda em receber, é essa a minha preocupação».

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

3. APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2018/RELATÓRIO DE GESTÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tabua, acompanhados pela Certificação Legal das Contas, da Empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., e da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 105 tomada na



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de abril de 2019, relativos ao ano económico de 2018, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

No início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

No uso da palavra, a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca da Certificação Legal de Contas, referindo «*É mencionado um montante que não terá impacto nas contas mas como não foi feito qualquer tipo de referência, eu gostaria de saber qual o montante e o número de artigos sem titularidade na Conservatória do Registo Predial. Gostaria de saber o que esta reserva engloba. Procurei na documentação enviada mas não encontrei qual o prazo médio de pagamentos em 31 de dezembro de 2018. Por não haver referência a um aumento significativo no balanço, gostaria de saber a que é que se refere, são cerca de 3,6 milhões de euros em aumento de dívidas de terceiros a curto prazo.*». Solicitou ainda explicações sobre «*a diminuição de cerca de 600.000€ nas transferências e subsídios concedidos e prestações sociais. Em 2017 foram feitas transferências em cerca de 1.376.000€ e em 2018 somente 786.000€, que consta da página 33 do Relatório. A que é que se deve o aumento de 0,9 milhões de euros em fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal? O que é que são os 425.000€ de contribuição para a dívida de entidades participadas? Qual é a entidade a que se deve este valor aumentar a dívida? O montante de 316.000€ gastos com Gabinetes associados à Vereação? São valores bastante significativos, a que é que se deve este valor tão elevado? O que são 130.000€ em transferências entre administrações? É a rubrica 420 da página 40 do Relatório. Os depósitos em instituições financeiras incluem as verbas ainda por atribuir, recebidas para suporte de situações correspondentes aos incêndios de 2017. As despesas efetuadas são despesas do Município? Refletidas nos resultados? Em que rubrica orçamental foram incluídas?*»

E continuou a Sra. Deputada, «*Foram feitas transferências para os Bombeiros de contratos de 2014 e 2015, para grupos desportivos foram feitos pagamentos de contratos de 2017 e 2018. Qual o critério das prioridades para o pagamento dessas verbas? Nos contratos apresentados aparece uma rubrica de Carlos Santos Arquitetos,*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é um projeto de requalificação de edifício dos Paços do Concelho. Para o ano de 2018 estão referenciados 13.766,78€ e tem de pagamentos acumulados 137.766,78€, este valor acumulado deve-se a quê? Estão referenciados 250.000€ para Primeira Habitação dos Incêndios, esta redução foi resultante de quê? Gostaria de saber qual o montante de IVA recuperado pela Deloitte em 2018?».

Dada a palavra ao Deputado Municipal Senhor Vítor Hugo Rodrigues de Melo, Membro eleito pelo PPD/PSD, no uso dela proferiu o seguinte: «*Em relação ao Relatório, o mapa de custos na página 55 demonstra que o Município de Tábua teve um custo de funcionamento anual de 1.730.324,32€ em 2018, isto é, um aumento de 400.723€ em relação a 2017. Pergunto como é possível um valor enorme de 400.000€ só no custo do funcionamento da Câmara.*

No mapa da página 30 do mesmo Relatório, a rubrica nº 6 da Proteção Civil e a Luta Contra Incêndios os valores estão a zero, o que se passa? Algo está mal? Um lapso? Na página 40 a mesma rubrica já tem um valor de 258.899,81€... No Mapa de outras dívidas a terceiros, estas tiveram um aumento de 2017 para 2018 de 926.468€, associados a este aumento na faturação mais em relação ao comprometido e fraca liquidação das responsabilidades, somente 11,5% da faturação, concluímos que financeiramente a Câmara está dia após dia a ter mais dificuldade em cumprir com as suas responsabilidades... Ainda referente a este mapa verificamos que a existência de dívidas no valor de 200, 203, 212, 300, 400 euros com mais de um ano é símbolo de uma imagem de má gestão e falta de informação. Na análise do balanço, página 31, as dívidas a terceiros a curto prazo de 2017 para 2018, tiveram um aumento de 3.613.265€, Senhor Presidente a que se deve este aumento porque o Senhor aqui não explica? Nos Indicadores de alerta, página 35, existe formas e meios para podermos prever o descalabro e a má gestão, esta é uma delas, alertar o que está mal feito e alterar. Os indicadores de alerta precoce indicam que a dívida total é igual ou maior que a dívida das receitas correntes nos últimos três anos, a taxa de execução da receita ano é inferior a 85%, o Senhor Presidente continua a dizer que tudo está bem, planeado e definido e que as suas decisões são as mais corretas. Senhor Presidente, para saber decidir julgo que é preciso saber ouvir.»

E continuou, «*Na Tabela 22, Custo do Exercício, houve uma rubrica que inexplicavelmente teve uma diminuição de 43%, o qual se considera grave, trata-se de subsídios correntes concedidos e prestações sociais, passou de 1.375.945€ em 2017,*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para 786.419€ em 2018, será por em 2017 ter sido ano de eleições e a Autarquia ter aberto os cordões à bolsa? Passou do peso de 14% dos custos totais para 7,5% dos custos. Por último, na mesma tabela, 24, o custo e percas extraordinárias, o Município teve um aumento de percas de 127.3300€ em 2017 para 383.042€ em 2018, mais de 200% de perca. A que se deve Senhor Presidente?»

O Senhor Presidente da Assembleia passou então a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos.

Relativamente às questões suscitadas pela Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário, o Senhor Presidente da Câmara informou que a partir de 1 de julho vamos ter o SNCAP em simultâneo com a contabilidade (POCAL), o que vai alterar os resultados.

Quanto à reserva dos ROC, esclareceu que «*todos os anos vem na Certificação Legal de Contas a questão dos terrenos que são adquiridos para o domínio público, designadamente estradas, arruamentos públicos, que não estão sujeitos a registo por força da própria lei. Não estando registados e estando no imobilizado Municipal, o Revisor Oficial de Contas não encontra ajustamento entre uma coisa e outra e questiona sempre isso e com razão, aliás isto já foi objeto noutras Assembleias Municipais do passado que eu coloquei à consideração da Assembleia, se queriam gastar 250€ por cada registo, para registar todos esses imóveis, o que não faz sentido, pois são estradas, arruamentos públicos que há muitos anos foram adquiridos pelo Município e que não têm de estar pela força da lei registados. Mas estão no imobilizado do Município, ou seja, quando são adquiridos vão para o imobilizado e o que acontece é que foi decidido na altura não registar porque não se justificava, o registo é obrigatório para os imóveis do domínio privado do Município, agora aquilo que entra no domínio público não está sujeito a registo e por essa razão os auditores fazem essa referência. Mas se a Assembleia Municipal entender que devemos fazer esse tipo de registo, cá estou para organizar os processos.*

Quanto ao prazo médio de pagamento, informou que de setembro a dezembro era de 157 dias, situando-se à volta de 130 dias agora, com a prestação de contas é que se vai ver os respetivos prazos, de acordo com a ficha da DGAL.

Em relação às dívidas a terceiros referidas pela Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário, o Senhor Presidente esclareceu que esta questão prende-se com os Fundos Comunitários, pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia autorização para



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira poder esclarecer diretamente a assembleia.

Dada a palavra à Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a mesma informou que «estávamos no fim do período do Quadro Comunitário de Estratégia Nacional, tínhamos só um valor residual a receber, enquanto agora já temos a totalidade das candidaturas que apresentamos, há sempre um processo administrativo que demora, na própria análise, na obtenção dos devidos vistos. Agora já podemos considerar como firme, temos esses contratos como dívida que depois será resarcido».

De seguida, interveio a Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário questionando se era referente a obras que ainda estão em curso? O Senhor Presidente da Câmara respondeu que era referente a obras feitas e que a Câmara só podia submeter os pedidos de pagamento depois de ter os autos, sendo que quando são obras que estão em finalização, os autos têm de estar integralmente pagos para se poder solicitar o pedido de pagamento, mais informando que «os subsídios, transferências de subsídios e prestações sociais, referem-se às responsabilidades que tínhamos com os precários. Estamos a falar de cerca de 400, 500 mil euros com os precários integrados na estrutura Municipal que antes estavam contratados noutras entidades a prestar serviços, por isso é que quando o Senhor Vítor Melo questionou como é possível agravarmos a despesa de funcionamento da Câmara, temos de informar que entraram cerca de 60 pessoas para o quadro da Câmara. Quando o Senhor Vítor Melo considerou esses valores como subsídios a instituições, os mesmos respeitam a protocolos estabelecidos pelas entidades onde tínhamos pessoal contratado e que efetivamente estavam numa situação precária, passaram para o quadro da Câmara e dai reduziu o encargo em 2018 nesta parte das transferências e subsídios concedidos, para aparecer na gestão dos encargos Municipais».

Em relação à questão inerente aos “fornecimentos e serviços externos e despesas com pessoal”, o Senhor Presidente da Câmara salientou «isso também se deve à contratação de pessoal, em regime de prestação de serviço, a recibo verde, sendo que a maioria das situações já foi regularizada com os precários».

E, quanto à despesa com os gabinetes, esclareceu que a contabilidade de custos, a transparência e o rigor, obrigam-nos a apresentar relatórios que muitas vezes são difíceis de interpretar, mas que as pessoas têm obrigação de solicitar



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esclarecimentos e apresentar as suas dúvidas – lamentando o comunicado da comissão política do PSD, que incitava os Presidentes de Junta de Freguesia a votarem contra a prestação de contas, acusando o executivo de gastar cerca de meio milhão de euros em propaganda -- quando o valor em causa se refere a despesas com pessoal e encargos sociais, em relação a todos os gabinetes, nomeadamente de Apoio à Presidência, da Presidência, do Vice-presidente e Informático, assim como aquisição de material, equipamentos e consumíveis.

Interveio novamente a Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário, questionando *«em relação aos incêndios, as verbas que foram recebidas onde estão espelhadas? Em que rubrica estão?»*

Respondeu a Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, devidamente autorizada, dizendo que os montantes se encontram nas respetivas rubricas mediante o custo que irá incorrer.

Usou depois da palavra o Senhor Presidente da Câmara, esclarecendo que em 2018 a Câmara não recebeu qualquer valor de IVA, mas o valor recuperado pela Deloitte rondou os 140.000€, no entanto, também já recebeu em 2019 (fevereiro e finais de março) um total de 100.000€.

Dada de novo a palavra à Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário, a mesma questionou o montante e o número de artigos e de imóveis e respondendo a esta questão o Senhor Presidente da Câmara disse que neste momento não dispunha dessa informação, mas podia fazer chegar a mesma ao conhecimento de todos.

De seguida, a Senhora Deputada Dra. Maria do Rosário questionou os 425.000€ e 130.000€ de “transferências entre administrações” (página 40 do Relatório).

O Senhor Presidente da Câmara informou que *«todas as entidades onde temos participações: associação de Municípios, ADI, ADESA, ADEPTOLIVA, Planalto Beirão, Comunidade Intermunicipal, fazem-nos chegar a informação trimestralmente, das responsabilidades a refletir nas contas do Município. Daí resulta que no ano 2018 só houve um agravamento da dívida de 11.000€ em relação ao endividamento ano anterior, com todas as obras que foram feitas. O diferencial refere-se a outras entidades. Quanto aos 130.000€, esta verba diz respeito às quotas onde temos participações e subsídios a outras entidades, protocolos, recursos Humanos, sai em via transferência. A quota da ADESA era de 4.000€ mês.»*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto aos contratos entre entidades onde a Dra. Maria do Rosário questiona o valor aos Bombeiros e aos Grupos Desportivos, consta do mapa onde tem as referências para as diversas entidades, são recorrentes de ano para ano. Relativamente ao Carlos Santos Arquitetos, diz respeito ao projeto que fez para a remodelação do edifício Municipal, o projeto PARU e os restantes projetos técnicos».

Seguidamente, interveio o Senhor Deputado Senhor Vítor Melo dizendo «As dívidas a terceiros a curto prazo 2017 para 2018 de 3.600.000€, será dos valores a receber da União Europeia? Na rubrica Bens Patrimoniais 2017 – 2018 “desapareceu” o valor do domínio público 613.000€, a que se deve? Está na página 31 na coluna referente às percas – “Análise Swat”».

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão levantada respeita aos projetos candidatados, tendo a Câmara poucas candidaturas nos finais de 2017 porque estava no final do QREN.

De seguida usou da palavra a Dra. Sofia Félix, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, salientando que «o Património do Município é vastíssimo, nós temos feito um grande esforço da parte do Município para inventariar tudo, até para identificar bens que estão obsoletos e também para corrigir até algumas descrições, daí notar estas diferenças. Cada vez se procura ir cada vez mais ao detalhe. Saber todas as alterações que foram feitas a esse bem», rematando o Senhor Presidente da Câmara «existe Património que saiu do domínio público para o domínio Privado Municipal, exemplo o Jardim Sarah Beirão. Teve de fazer isso para podermos apresentar a candidatura no âmbito do QREN, para a requalificação e implantação do Centro Cultural, e também de todo o Jardim. Aumenta no domínio privado mas deixa de existir do domínio público. Em relação às Medidas de Alerta da página 35, os Relatórios anteriores não falavam destas medidas de alerta, nós achamos melhor alertar já os Senhores Deputados, se a DGAL vier mais tarde com a comunicação, nós já a fizemos...».

Interveio de novo o Senhor Deputado Sr. Vítor Melo dizendo: «Os indicadores de alerta precoce indicam que a dívida total é igual ou maior do que é a média das receitas corrente. A execução é inferior a 85% durante três anos consecutivos, há a informação às entidades? Em relação ao mapa dos custos administrativos gerais, o Gabinete Jurídico passou de 2017 de 29.900€ para 51.000€. Outras operações, mais 8.000€, Gabinete de Desenvolvimento Económico, diminui para 7.000€, o DAF teve um aumento de 25.000€, o Gabinete de Imagem passou de 1.000€ para 23.000€».



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre estas questões, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu dizendo que «a execução é mais baixa porque temos um atraso muito grande nas candidaturas, nos concursos públicos, houve um atraso nos vistos do Tribunal de Contas, a agora estamos a concretizar obras que lançamos em 2017» e quanto aos gabinetes, informou que os aumentos apresentados dizem respeito aos técnicos, com ordenados e encargos sociais inerentes, e que estes eram colaboradores e agora foram integrados no Mapa de Pessoal pelo procedimento dos Precários, e preenchimento de uma vaga de chefe de divisão.

Não tendo sido solicitados mais esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018.

Da contagem dos trinta e dois Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: oito;

Abstenções: zero;

Votos a favor: vinte e quatro.

Apreciado e aprovado por **MAIORIA**, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2018.

De seguida, solicitou o uso da palavra a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, que agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Técnica da Câmara, apresentado contudo a seguinte Declaração de voto: «A bancada PPD/PSD votou contra porque nós consideramos que a taxa de execução da receita revela pelo terceiro ano consecutivo valor inferior a 85%, com 59,73% o que constitui sinal de alerta após dois anos consecutivos, de acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais - Lei 73/2013, de 3-09. A dívida a curto prazo aumentou a exemplo de anos anteriores em 668.622,50€ de 2017 para 2018, com especial incidência na conta 221 “Fornecedores Conta Corrente”, com repercussão no prazo médio de pagamentos, indicador que não nos foi mencionado. A dívida total da Autarquia mantém-se em mais de 8.000.000€ e não se encontram refletidas as verbas protocoladas com Freguesias, Bombeiros, com cláusula de pagamento dependente da disponibilidade financeira do Município, facto que teria expressão na dívida real do Município de forma relevante, de



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acordo com os dados conhecidos. Mesmo não estando refletidos todos os valores das contas, o resultado do exercício continua a ser negativo em 500.000€, com o negativo acumulado de anos anteriores de 28,5 milhões de euros».

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

4. APROVAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DO ANO 2019:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do ano 2019, decorrente da informação n.º 007/CF/19, datada de 16 de abril de 2019, da Contabilidade e Faturação, e respetivos quadros anexos: Modificação ao Orçamento – Receita e Despesa, acompanhados da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 106 tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de abril de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Após análise e tendo sido prestados os esclarecimentos solicitados, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do ano 2019.

Da contagem dos votos dos trinta e dois Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e dois.

Aprovada por **UNANIMIDADE**, a 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa do ano 2019.

Passou então o Senhor Presidente da Assembleia para o ponto seguinte.

5. APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO À LINHA BEI PT 2020 — AUTARQUIAS:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente a *“Proposta para Autorização de Contratação de Empréstimos de Médio e Longo Prazo à Linha BEI PT*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2020 – Autarquias”, datada de 17 de abril de 2019, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 101, tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de abril de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por reproduzidos para os devidos efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Depois de analisados os documentos apresentados e prestados os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à votação, pela forma usual de votar, a “*Proposta para Autorização de Contratação de Empréstimos de Médio e Longo Prazo à Linha BEI PT 2020 – Autarquias*”.

Da contagem dos votos dos trinta e dois Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e dois.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a “*Proposta para Autorização de Contratação de Empréstimos de Médio e Longo Prazo à Linha BEI PT 2020 – Autarquias*”, autorizando a contratação dos empréstimos de médio e longo prazo até montante global de 1.061.224,32€ e dos respetivos encargos, nos termos da decisão de aprovação do pedido de financiamento, de acordo com as condições constantes dos ANEXOS I, II, III e das cláusulas contratuais das minutas apresentadas, conforme descrito nos artigos n.º 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o despacho n.º 6200/2018, de 15 de junho, publicado no Diário da República, II série, nº 121 de 26 de junho de 2018 e despacho n.º 6323-A/2018 de 27 de junho, publicado no Diário da República, II série, nº 123 de 28 de junho de 2018, os quais enunciam os termos e condições das presentes operações de financiamento, bem como autorizar os compromissos plurianuais inerentes aos contratos de financiamento, nos termos da alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e demais procedimentos no âmbito do assunto em questão.

Nenhum Membro solicitou o uso da palavra, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6. APROVAÇÃO DA PROPOSTA - ARTIGO N.º 31.º, Nº. 3 E 4 DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – PERCENTAGEM DO FEF (FUNDO DE EQUILÍBRIOS FINANCEIRO) CORRENTE:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente a informação n.º 006/CF/19, datada de 16 de abril de 2019, da Contabilidade e Faturação, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 107 tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de abril de 2019, referente à Lei das Finanças Locais, no que concerne a transferências financeiras para os Municípios, de acordo com o disposto no artigo 31.º, nº 3, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Uma vez analisado este ponto, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, fixar a percentagem de 90% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, conforme proposto na supra informação.

Da contagem dos votos dos trinta e dois Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e dois.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, fixar a percentagem de 90% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, conforme proposto na informação supra.

Mais uma vez nenhum Membro solicitou o uso da palavra, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

7. APROVAÇÃO DA 8.ª ALTERAÇÃO AO PDM DE TÁBUA:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Processo Administrativo respeitante à oitava alteração do Plano Diretor Municipal de Tábuas e o Relatório dos resultados da discussão pública, nos termos do artigo 89.º, conjugado com o artigo 192.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 109 tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 23 de abril de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the Mayor of Tabua, is positioned in the top right corner of the document.

da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais.

Sobre o exposto, foi solicitada a palavra pelo Deputado, Senhor Vítor Hugo Rodrigues de Melo, do Grupo Municipal PPD/PSD, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Usando da palavra, questionou aquele deputado se em relação ao PDM, além da publicação feita no Diário da República, foi o mesmo publicado nas Juntas de freguesia, assim como, o Mapa e o Edital onde ia ser feita essa alteração.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara sublinhou que «*a alteração efetuada não tem nada a ver com os mapas, com as áreas ou com as limitações territoriais. Diz respeito apenas ao regulamento e abrange todo o Município, sendo que esta alteração vai permitir regularizar algumas situações que já existiam antes da entrada em vigor do PDM e que com o PDM existente não podiam ser regularizadas. Isto também permite regularizar algumas situações dos incêndios*

Analizados os documentos apresentados e prestados os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, a oitava alteração do Plano Diretor Municipal de Tabua, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT.

Da contagem dos votos dos trinta e dois Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e dois.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, a oitava alteração do Plano Diretor Municipal de Tabua.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

8. APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS 2019-2028 (PMDFCI) – RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Processo Administrativo respeitante ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2019-2028) de Tábua, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 06/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 82 tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 28 de março de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais.

No início deste ponto foi solicitada a palavra por alguns Membros, que lhes foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela ordem de inscrição.

Interveio a Deputada Municipal, Senhora Dra. Olga Mafalda da Cruz Nunes, líder do Grupo Municipal do PS, apresentando à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção sobre o assunto em questão, documento⁵ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

No uso da palavra, a Deputada Municipal Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, líder do Grupo Municipal PPD/PSD, disse: «*Tentei ler o documento de forma detalhada, parece-me um trabalho sério e servirá de base à aplicação do futuro. Os bons trabalhos podem levar a bons resultados, mas é fundamental que se saiba aplicar aquilo que está definido, aquilo que está preparado por técnicos que são especializados nessa área. Queria colocar algumas questões apesar de não ser a minha área de conforto, mas uma delas é o valor que está referenciado como estimativa no quadro 36 da página 97 que faz referência a 2.700€ a aplicar no segundo eixo que é o da “sensibilização e fiscalização” parece-me pouco num ano 2.700€, acho importante que se invista bastante na sensibilização e fiscalização porque depois no combate já é tarde. Acho que a mentalização das pessoas tem que ir nessa direção, tem de ser investido verbas suficientes, tem que se investir nas pessoas, tem que se investir nos meios, antes e depois dar esses meios aos bombeiros, daí quando coloquei a questão de qual o critério das verbas a pagar aos grupos desportivos e aos bombeiros, é importante que os bombeiros sejam o primeiro objetivo das populações, especialmente neste concelho que pode sofrer tanto com a falta desses cuidados».*

⁵ Documento n.º 5, página 1.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

«No quadro 13 estão 15.000€ assacados à Câmara, estão previstos no orçamento os 15.000€? Apercebi-me que a AFOCELCA é uma força que tem uma importância muito relevante no combate a incêndios e na preparação dos terrenos para que esse combate seja eficaz, não esteve presente na comissão municipal da defesa da floresta, em 18 do mês passado. Qual o contributo da Navigator para o cumprimento e na elaboração e respetiva aplicação deste documento? Uma graça que não tem muita graça mas é uma referência que não entendi no documento, a GNR fiscalizar se os condutores lançam ou não beatas nas bermas. Parece-me uma situação um bocado despropositada, nem que fossem desenhos de banda desenhada ou um super-homem com visão telescópica conseguiria fazer essa fiscalização, parece-me que a abordagem não é muito correta até para a instituição. Quanto à divulgação não há garantias que os proprietários que vivem no concelho tenham acesso aos jornais e à internet, pessoas que estão deslocalizadas nas aldeias, que não têm grande acesso a informação, como têm conhecimento dessa informação e os que não vivem cá e que são proprietários, como é que têm acesso aos Editais da Junta, parece-me que essa parte deverá ser melhor abordada. Na minha opinião, deverá ser feito um grande investimento na formação dos jovens, ações de rua, junto da população com eles, insistir na população de risco, acompanhar a GNR. Uma pergunta que gostaria de deixar é se as Juntas de Freguesia têm os meios necessários para executar as responsabilidades que lhe são atribuídas».

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara disse «é importante ficar claro que na altura dos incêndios de 2017 passou a mensagem que muitos Municípios não tinham PMDFCI, quero deixar claro que nós sempre tivemos o plano válido, em vigor e de 2013 a 2017 o que estava estabelecido em Plano eram 200 km de faixa e nós fizemos cerca de 700km. Fizemos sempre tudo para que as coisas estivessem corretas».

De seguida e face à natureza das questões, o Senhor Presidente da Câmara pediu autorização para ser o Senhor Vereador da Proteção Civil a responder.

Intervieio então o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, informando o seguinte: «relativamente à verba de 2.700€, referente à área de sensibilização, pode parecer



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco mas é a maior verba adjudicada na área da sensibilização, esta é feita com técnicos do Município, existe muito suporte das entidades que colaboram connosco, como o Instituto de Conservação da Natureza e Floresta, que vão fornecendo brochuras, flyers e que também vamos utilizando, já realizámos 6 sessões de sensibilização e o ano passado terminámos com 21 ações. Temos 15 Freguesias mas fizemos mais do que uma ação em determinadas Freguesias. Realizamos 21 ações em 2018, envolvemos mil e setecentas pessoas, este ano há muito menos adesão nas ações de sensibilização, o ano passado as pessoas estavam muito mais sensíveis, todos sabemos porquê, os incêndios tinham sido no ano anterior. Aparecia tudo muito mais na comunicação social, as pessoas estavam muito mais preocupadas. Este ano tivemos as ações com a Guarda Nacional Republicana, com o Instituto da Conservação da Natureza e Floresta. Isto é um assunto que nos preocupa a todos, incluindo a Senhora Dra., mas nós também não estamos desatentos e não é fácil trabalhar esta área. Tentamos ao máximo fazer a divulgação por todos os meios que estão ao nosso alcance, nomeadamente as novas tecnologias também, afixamos e pedimos a colaboração das Juntas de Freguesia, às quais agradeço o trabalho que tem sido feito, muitas vezes ele já se queixam de não ter espaço para colocar nem mais um papel. Não estamos de braços caídos, estamos a trabalhar e a investir neste ramo. Relativamente à AFOCELCA, que faz parte da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, bem como as Juntas de Freguesia, foram nomeados representantes membros da Junta de Freguesia, foram nomeados 5 presidentes de Junta, representantes nesta mesma Comissão. Obviamente que o que está consagrado ao nível da responsabilidade das Juntas é a Lei de Bases da Proteção Civil, estejam eles com ou sem equipamento, penso que tendo em conta a realidade do território as nossas Juntas de Freguesia têm bons equipamentos e bons recursos humanos para fazerem face às responsabilidades que estão na lei de bases da proteção civil. Temos um bom exemplo da união de freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros que deu o pontapé de saída, espero que seja o primeiro de muitas aqui no Concelho, é uma medida que potencia esta nossa preocupação».

Continuou o Sr. Vereador, «a AFOCELCA faz parte da Navigator Company. Eles não estiveram presentes mas tudo o que está contemplado no plano, antecipadamente identificaram os contributos. Os contributos e a compilação de todos os contributos,



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EDP, Infraestruturas de Portugal, REN, etc.. Na informação do Senhor Presidente está um parágrafo relativamente desenvolvida na área da educação "Aprendendo Brincando", já fomos a todas as AECS, e temos ido com o nosso Gabinete Técnico Florestal e com a Proteção Civil, fazendo várias ações de sensibilização para a nossa juventude, especialmente escolar. Estamos nos pequeninos e vamos progressivamente pelos outros» e terminou dizendo «semanalmente esta matéria e tema é trabalhado».

Apreciado o assunto e prestados assim os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2019-2028) de Tábua.

Da contagem dos votos dos trinta e um Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta e um.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2019-2028) de Tábua, para efeitos do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, Anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 1222-b/2018, de 2 de fevereiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

9. APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ACADEMIA ARTÍSTICA DE TÁBUA/PROPOSTA FINAL/ RELATÓRIO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Processo respeitante ao Projeto de Regulamento Municipal da Academia Artística de Tábua e respetivo processo administrativo, elaborado pela Dra. Alexandra Bento, Jurista, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 06/2019, no que diz respeito à deliberação n.º 83, tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal de 28 de março de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre o exposto, foi solicitada a palavra pela Deputada Dra. Ana Marta Santos André de Lima, do Grupo Municipal PS, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Usando da palavra, a Senhora Deputada Municipal cumprimentou todos os presentes e apresentou à Mesa da Assembleia Municipal um documento escrito com a sua intervenção, documento⁶ que se dá por integralmente reproduzido em anexo.

Apreciado o assunto e prestados os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, o Projeto de Regulamento Municipal da Academia Artística de Tábua.

Da contagem dos votos dos trinta Membros, nesse momento presentes, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: zero;

Abstenções: zero;

Votos a favor: trinta.

Aprovado por **UNANIMIDADE**, o seguinte:

- concordar e aprovar o Regulamento Municipal da Academia Artística de Tábua;
- agilizar o procedimento de publicação no Diário da República e todos os procedimentos inerentes ao processo administrativo em questão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte.

10. DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTANTES NO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi presente o Relatório de Avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o plasmado no artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que se faz acompanhar da Minuta da Ata n.º 09/2019, no que respeita à deliberação n.º 100, tomada na Reunião Pública da Câmara Municipal, de 23 de abril de 2019, documentos apresentados pela Câmara Municipal, os quais foram distribuídos aos Exmos. Membros da Assembleia para apreciação e que aqui se dão

⁶ Documento n.º 6, páginas 1-2.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por integralmente reproduzidos para os efeitos legais, ficando arquivados em pasta própria.

Perante o exposto, foi solicitada a palavra pela Deputada, Senhora Dra. Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca, Líder do Grupo Municipal PPD/PSD, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

No uso da palavra, referiu a do Senhora Deputada que «apesar de ter havido alguma alteração sensível no tratamento dado aos Vereadores e Deputados Municipais, eleitos pelo PPD/PSD, nos termos de estatuto Direito à Oposição da Lei nº 24/98 de 26 de maio, vem a bancada do PSD exercer o direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias referentes ao ano 2018, apresentado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábuas em 29 de abril de 2019.

Direito à Informação, a informação foi recebida com mais ou menos atraso é uma situação idêntica à do ano anterior, as informações em relação às sessões da Assembleia, no entanto, detalhes ou esclarecimentos ou informações foram esquecidas no tempo, nomeadamente dívidas a Juntas de Freguesia, Bombeiros e outras entidades de utilidade pública, mapas de pagamento em atraso, entre outros.

Direito de consulta prévia, nunca foram feitas reuniões com a força da oposição para preparação de planos e orçamentos Municipais, nem de preparação das sessões da Assembleia, com exceção da decisão da realização da Transferências de Competências.

Apesar de múltiplas vezes solicitada pelos Vereadores da oposição instalações para que possam reunir tanto pelo atuais quer pelos anteriores Vereadores, nunca tal foi atribuído. É um direito designado por lei».

Prestados os devidos esclarecimentos, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação, pela forma usual de votar, o Relatório de Avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto do Direito de Oposição.

Da contagem dos votos dos vinte e nove Membros presentes no momento, apurou-se o seguinte resultado:

Votos contra: sete;

Abstenções: uma;

Votos a favor: vinte e um.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado por **MAIORIA**, o referido Relatório de Avaliação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia passou para a parte de audição do público.

III – AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Município Senhor Rui Silveiro de Moura, residente na Rua Quinta das Boiças, freguesia e concelho de Tábua, para expor algumas questões relacionadas com processos de reclamações, apresentados na Câmara Municipal, conforme disposto no documento⁷ que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal, documento este que se dá por reproduzido e que fica anexo à presente ata.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, antes do Senhor Rui de Moura se ausentar.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara abordando o historial do processo decorrente das reclamações apresentadas pelo cidadão em causa, dando conhecimento de que o mesmo já apresentou várias participações criminais contra o Presidente da Câmara e informou que este cidadão resolveu invadir a propriedade pública, o alcatrão e pavimentação, na Quinta das Boiças, limitando a possibilidade de manobra dos outros Municípios, criando conflito com todos os Municípios que moram naquela localidade na Quinta das Boiças.

Interveio depois o Município Senhor José Manuel Bernardes Teixeira, residente em Ázere, o qual cumprimentou todos e agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa e a todos por ter oportunidade de expressar publicamente as suas opiniões.

Proferiu: «*Em 1998 encantei-me por esta terra, passei de uma coletividade em que era Presidente na barragem d'Aguieira. Em 1999 consegui comprar um terreno e estabeleci-me aqui. Sempre foi meu sonho após o tempo em que eu lecionava se acabar, quer como desportista, quer como autarca, quer como jornalista, poder vir descansar no interior deste país. Foi nessa intenção fundamentalmente, pois quem está no litoral quer vir para o campo e quem está no campo quer vir para o litoral. Decidi em 2011 vir viver para aqui. Em 2007 separei-me e tive que dividir o património com a minha esposa e com a minha filha. Fiquei com um único artigo rústico e um único artigo urbano. Em 2014 conheci a minha atual esposa. Uma pessoa doente, mas que gosta de estar*

⁷ Documento n.º 7, páginas 1-2.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui. Em Maio de 2015 entrou em baixa médica prolongada e decidimos vir para aqui de vez. Continuamos a ir em consultas a Aveiro. No dia 15 de Outubro de 2017, fomos a Aveiro celebrar o aniversário da minha filha, deparamo-nos com os incêndios, ficando a minha mulher traumatizada», referindo depois a sua vida após os Incêndios de Outubro 2017 e a entrevista que foi feita à sua esposa, dando conhecimento do aproveitamento feito, do destroçamento feito em relação ao trauma vivido por ambos, inclusivamente colocaram palavras na boca da esposa e alteraram o sentido das suas frases nessa mesma entrevista, realçando «Não importa o partido. Não importa a cor política. O que não se pode é aproveitarem-se de pessoas doentes e com câmaras infiltradas», terminou agradecendo à Câmara e à Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia, por todo apoio prestado.

Seguidamente solicitou o uso da palavra o Município Senhor José Manuel Ferreira Oliveira, residente em Ázere, que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

No uso da palavra, salientou aquele município que iria falar mas no espírito democrático de Abril.

Começou por cumprimentar os trabalhadores da Autarquia e todos os presentes, desejando aos trabalhadores da Câmara que passem um excelente dia 1 de Maio, Dia do Trabalhador, «*hoje comemora-se em liberdade graças ao 25 de Abril, para eles Abril é todos os dias, Abril é justiça*».

E continuou, «*Queria saudar o Senhor Presidente da Câmara pelas magníficas comemorações do 25 de Abril e do Concelho. Abril é crítica construtiva. Houve algumas intervenções que não me agradaram mas quando os presidentes de junta são eleitos, são eleitos pelo povo. Devia-se era pedir desculpa aos Ázerenses por estarem 45 anos sem esgotos, depois do Abril e todos os dias*

De seguida, o cidadão fez referência ao Centro de Saúde e ao facto de estar fechado no período de noite, solicitando uma atenção por parte da Câmara nesta área. Abordou depois a situação do Senhor Valdemar, expressando, a sua preocupação e, por fim, alertou o Senhor Presidente da Câmara para a questão do lítio e da sua desconfiança para com estas explorações.

Dada a palavra ao Município Senhor Luís Alexandre Costa Reis Santos Cruz, residente em Vila Chã, o qual iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, disse depois o seguinte: «*Senhor Presidente, volto ao assunto da minha casa,*



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrei e ouvi o Senhor José Manuel Teixeira a referir que a sua casa está a ser feita, e fico muito feliz por isso, mas também quero a minha casa feita. Porque eu também cá estava, vim para cá em 2008, ausentei-me por um período mas regressei 5 meses antes do fogo. E nunca alterei o meu número fiscal (nunca liguei a isso) mas não é justo que seja condenado por isso. Também não é justo que seja condenado porque naquela altura não tinha luz e água (mas só eu sei as razões), mas estava cá, as pessoas de Vila Chã podem testemunhar e é isso que quero perguntar. Porque é que decidiu e quem esteve nessa reunião, onde foi decidido que a minha habitação não é permanente, mesmo havendo o atestado de Junta. Eu também errei, fui julgado e foi arquivado e paguei a respetiva multa. Quero saber o que é que fizeram, que investigações fizeram, foram a Vila Chã perguntar às pessoas e elas podem testemunhar. A minha casa é uma situação pública. Quero saber o porquê de tomarem a decisão que não é residência permanente e inviabilizar o atestado da Junta, a CCDR fica sem mãos conforme eu fui ouvido e também tive numas... Espero que o Senhor Presidente e quem de direito verifiquem novamente e se de facto for um erro então que retifiquem, espero que isto não termine num Tribunal, eu vou até ao fim, eu não saio de Vila Chã, tenho andado a passar de casa para casa. E se não tiver uma casa para viver lá, eu volto para a minha tenda, porque o terreno é meu. Outro assunto, nós temos um projeto e espero em Maio apresentar o projeto. Obrigado a todos».

Face às exposições dos Municípios, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para poder prestar os devidos esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras do Senhor José Oliveira salientando que respeita a sua opinião e espera o mesmo da sua parte.

Em relação à questão apresentada pelo Senhor Luís Cruz, referiu não ver outra solução senão avançar para um processo judicial, porque da parte do Município nada pode ser feito, pois não reúne os pressupostos que são exigidos para aprovar e emitir um parecer favorável.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal determinou que se procedesse à elaboração final da Minuta da Ata desta assembleia, o que foi feito, tendo depois colocado a mesma a votação, tendo sido aprovada por **UNANIMIDADE**, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A minuta foi redigida pela Técnica Superior, Liliana Marina Fonseca Cristóvão, e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, para efeitos do disposto no artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi declarada por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Tábuas às 18 horas e 30 minutos.

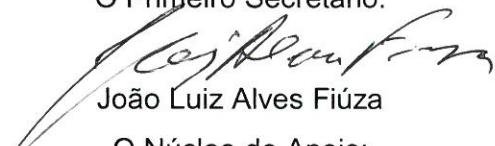
Para constar se lavrou a presente Ata, que foi redigida pela Técnica Superior, Liliana Marina Fonseca Cristóvão, e que eu, João Luiz Alves Fiúza, Primeiro Secretário, revi e assino com o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares, para efeitos do disposto no artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, após aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa:



Dr. Nuno Paulo Silva Cruz Rodrigues Tavares

O Primeiro Secretário:


João Luiz Alves Fiúza

O Núcleo de Apoio:


Liliana Marina Fonseca Cristóvão

Dra. Liliana Marina Fonseca Cristóvão